

ARRANJO PRODUTIVO LOCAL NO CONTEXTO DA DINÂMICA ESPACIAL URBANA¹

Judite de Azevedo do Carmo²

Objetiva-se com o presente artigo expor a relação que há entre a produção do espaço urbano e os Arranjos Produtivos Locais. Por meio de análise bibliográfica, procuramos explicitar como ocorre o processo de produção do espaço urbano e de que forma o APL, como um agente econômico, atua na produção do espaço urbano. Utilizamos como exemplo empírico o caso do APL de Franca. Entendemos o espaço urbano como produto e como condição para a reprodução das relações sociais de produção. É, portanto na produção desse espaço que concorrem diferentes atores, cada um defendendo seu interesse, sejam eles os donos do capital, o poder público e os próprios agentes sociais. Os APLs como agentes econômicos, atuam na produção do espaço urbano na medida em que o reestrutura, mobilizando os recursos materiais e imateriais necessários ao seu desenvolvimento produtivo, envolvendo várias instituições (públicas e privadas). Tomando como exemplo o APL de Franca, foi possível demonstrar tal relação, pois a atividade calçadista é de grande importância para o município, sendo responsável pelo desenvolvimento econômico local, pelo “status” que o município tem hoje, de capital do calçado masculino. Desse modo, a produção do espaço urbano de Franca deu-se por meio de grande influência do capital calçadista, sendo que esse espaço expressa uma estrutura de classe visível, pois foi produzido em razão de sua principal atividade econômica, a produção de calçados.

Palavras-chave: Arranjo Produtivo Local - Produção do Espaço Urbano - Franca.

¹ Este trabalho foi realizado com o apoio do CNPq.

² Doutoranda em Geografia, Área de Concentração em Organização do Espaço, IGCE, UNESP (Rio Claro). E-mail juditedo@bol.com.br

A Produção do Espaço Urbano: Seus Diferentes Atores

O Espaço é objeto de pesquisa de várias ciências, porém cada uma delas o concebe de forma diferente. Na Geografia ele também é concebido e percebido de maneiras diferenciadas, a depender da corrente de pensamento adotada pelo pesquisador.

Durante muito tempo o espaço geográfico foi estudado como o palco no qual se manifestam as relações sociais. Com a adoção do pensamento crítico, embasado no materialismo histórico dialético, a geografia crítica trouxe uma nova visão desse espaço, sendo este não mais compreendido apenas como receptáculo, mas também como condição; ou seja, o espaço deixa de ser um agente passivo para tornar-se atuante sobre as relações sociais.

Conceituando o espaço, de acordo com o pensamento crítico, temos que:

O espaço não é mero receptáculo das coisas produzidas pelas atividades humanas como meio e objeto de trabalho universal que é, constitui-se como necessidade e condição prévia de toda atividade prática, econômica, logo, da manifestação da própria vida. Ele próprio constitui uma força produtiva, da qual o capital também se apodera para criar as condições gerais de sua reprodução. (MARTINS, 2001, p.25).

O espaço urbano, como objeto central da geografia urbana, a partir do materialismo histórico dialético, também foi visto de forma repensada e, atualmente, encontramos diversos enfoques teórico-metodológicos nos estudos sobre ele. Vários autores, que adotaram a geografia crítica, concebem o espaço urbano como produto das relações existentes na sociedade, ao mesmo tempo em que é condição para a plena realização das relações sociais. Ao explicar os avanços da geografia e a adoção dessa linha crítica, Carlos (1994) faz a seguinte afirmação:

A geografia enquanto ciência começa a explicar o processo da produção espacial a partir da produção-reprodução da vida humana. Nesse sentido, o homem de habitante, passa a ser entendido como sujeito dessa produção. (CARLOS, 1994, p.158).

O conceito de espaço geográfico, construído a partir do materialismo histórico dialético, permite-nos pensar nas transformações ocorridas na

sociedade e apreendermos “a realidade urbana pela análise do espaço urbano enquanto produto social historicamente determinado” (CARLOS, 1994, p.192).

A partir desse conceito de espaço geográfico podemos inferir que “o espaço urbano é produto das relações existentes na sociedade” (CARMO, 2006, p. 22) e tomando-o como produto e condição para a reprodução da vida, entendemos que em sua produção concorrem diferentes atores, cada um defendendo seu interesse. A pergunta que se faz então é a seguinte:

Quem são os agentes sociais que fazem e refazem a cidade?(...)
Estes agentes são os seguintes:
(a)os proprietários dos meios de produção, sobretudo os grandes industriais;
(b)os proprietários fundiários;
(c)os promotores imobiliários;
(d)o Estado; e
(e)os grupos sociais excluídos. (CORRÊA, 1989, p.12).

Entendemos que na produção do espaço, os três primeiros atores, na citação acima, podem ser denominados de agentes econômicos ou simplesmente como donos do capital; o Estado aparece como agente político; e os grupos sociais como agentes sociais.

Entendido o conceito de espaço geográfico e o de espaço urbano, bem como quais são os agentes que atuam na produção deste último, faz-se necessário ainda responder outra questão, que é a seguinte: Como esses agentes: capital, Estado e grupos sociais atuam na produção do espaço?

Os donos do capital entendem a cidade como “condição geral da produção, da distribuição, da circulação e do consumo da mercadoria, assim como o local das decisões referentes ao processo da produção geral da mercadoria” (CARMO, 2006, p. 23 e 24). Dessa forma, atuam no Espaço de maneira a criar espaços que possibilitem a reprodução ampliada do capital e materializam nele a racionalidade econômica. Como nos diz Lefèbvre:

A racionalização da produção, que era restrita ao ambiente da fábrica, ultrapassa esses limites, trazendo para o espaço urbano essa racionalidade, tendo como objetivo a fluidez da mercadoria, e não se restringindo apenas aos espaços públicos, contamina também a vida privada. Ela invade a prática social (educação, habitação, saúde, lazer). Tudo tende a tornar-se mercadoria e a ser regido pelas leis de mercado, ou seja, essa racionalidade passa a organizar o cotidiano das pessoas, pois “o cotidiano no mundo moderno deixou de ser ‘sujeito’ (rico de subjetividade possível) para

tornar-se 'objeto' (objeto de organização social)." (LEFÈBVRE,1991, p. 68, grifos no original).

O Estado, ou o poder público, atua por meio de planejamento, leis de uso e ordenamento dos solos urbanos. O Estado deveria ser o agente responsável por intermediar os conflitos entre os donos do capital e os agentes sociais, mas o que se vê é sua ação de modo a privilegiar, ora um grupo ora outro, dependendo do comprometimento dos representantes do poder público. Milton Santos, em sua obra de 1994, traz algumas colocações referentes à atuação do Estado no espaço. Vejamos:

O Estado intervém, direta ou indiretamente, nas relações de trabalho, estimula de forma seletiva e frequentemente discriminatória as diversas atividades, estabelece os usos do solo, impondo regalias e interdições, e cria, até mesmo, zonas especiais, como os distritos industriais ou as próprias Regiões Metropolitanas. Cada parcela do território urbano é valorizada (ou desvalorizada) em virtude de um jogo de poder exercido ou consentido pelo Estado. (SANTOS, 1994, p.126, grifos no original).

Os grupos sociais como, por exemplo, os moradores, veem o espaço urbano ou a cidade como o local de moradia, de trabalho, de consumo de bens coletivos, etc., ou seja, para eles, o espaço urbano é a base material para a reprodução da vida. Dessa forma, atuam em movimentos sociais que procuram resistir à implantação de espaços homogeneizantes, que alienam e visam apenas a valorização do capital bem como a ampliação do lucro. Portanto, esses grupos sociais reivindicam o direito à cidade como espaço de encontro, de lazer, de diversidade e de reprodução da vida.

Vejamos a atuação dos grupos sociais nas palavras de Carmo (2006):

Os moradores atuam através dos movimentos sociais, das lutas, de forma a resistir a segregação espacial e exigir o direito à cidade, sendo esse direito muitas vezes negligenciado, desrespeitado, pois o capital se impõe de forma brutal. O morador entende a cidade como base material para habitação, bens e serviços necessários à reprodução da vida. Para tanto, ele luta pelo direito ao uso do espaço como condição social. (CARMO, 2006, p.23).

De acordo com o que foi exposto até o momento, podemos verificar como o espaço urbano é concebido pelos diferentes atores que atuam em sua produção, sendo que, a partir de suas visões, cada um interfere de forma

diferente na produção e (re)produção desse espaço. Desse modo, a produção do espaço urbano dá-se de forma conflitante, cada um querendo impor-se sobre o outro; porém, como resultado, o que se tem é um espaço contraditório e desigual.

Planejamos, para nos capítulos posteriores, trazer à discussão o conceito de Arranjo Produtivo Local, considerando-o como um agente econômico e pensando na forma que ele atua na produção e (re)produção do espaço urbano.

Arranjo Produtivo Local: Um Agente Econômico Atuante Na Produção Do Espaço Urbano

Como explicitamos anteriormente, um dos agentes que interagem com o espaço urbano, transformando-o, é o agente econômico; nesta instância é que entra o APL como um agente de atuação na produção e (re)produção do espaço urbano.

O Arranjo Produtivo ocorre onde há atividade produtiva de qualquer bem ou serviço, uma vez que o seu entorno será estimulado no sentido de ofertar matérias-primas, máquinas e outros recursos necessários ao desenvolvimento de tal atividade, assim como o envolvimento de atores ligados à comercialização dos produtos e prestação de serviços.

O conceito Arranjo e Sistema Produtivo Local foi desenvolvido por um grupo de pesquisadores ligados à REDESIST – Rede de Pesquisa em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais – criada por José Eduardo Cassiolato e Helena M. M. Lastres. Tal conceito foi elaborado para os aglomerados de indústrias em países em desenvolvimento por apresentarem especificidades em relação aos países desenvolvidos, nos quais se encontram os Distritos Industriais e os *Clusters*. Na literatura especializada, há uma divisão entre Sistema Produtivo Inovativo Local (SPL) e Arranjo Produtivo Local (APL). Cassiolato e Szapiro (2002) conceituam o Sistema Produtivo Local da seguinte maneira:

(...) aglomerados de agentes econômicos, políticos e sociais, localizados em um mesmo território, que apresentam vínculos consistentes de articulação, interação, cooperação e aprendizagem

voltada à introdução de novos produtos e processos. (CASSIOLATO; SZAPIRO, 2002, p.12).

Este conceito evidencia o alto grau de articulação entre as empresas, principalmente a cooperação, quando os autores se referem aos vínculos consistentes. Quanto ao Arranjo Produtivo Local, Cassiolato e Lastres (2000, p. 15) trazem o seguinte conceito:

Aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais - com foco em um conjunto específico de atividades econômicas – que apresentam vínculos mesmo que incipientes. Geralmente envolvem a participação e interação de empresas – que podem ser desde produtoras de bens e serviços finais até fornecedoras de insumos e equipamentos, prestadoras de consultorias e serviços, comercializadoras, clientes, entre outros, e suas variadas formas de representação e associação. Incluem também diversas outras instituições públicas e privadas voltadas para formação e capacitação de recursos humanos (escolas técnicas e universidades), pesquisa, desenvolvimento, engenharia, política, promoção e financiamento. (CASSIOLATO; LASTRES, 2000, p.15).

Notamos por meio desse conceito que as vinculações entre as empresas do aglomerado podem ser até mesmo incipientes para poder ser caracterizado como um APL, portanto, as interações entre as empresas variam de um APL para outro. No entanto, para um aglomerado de empresas caracterizar-se como um SPL o grau de interações entre elas deve ser mais intenso e consistente. Em resumo, o APL é assim caracterizado por não possuir o grau de interação suficientemente forte de modo a caracterizá-lo como SPL.

O Arranjo Produtivo é composto por empresas de portes variados, porém com predominância de micro, pequenas e médias empresas. Atualmente há o reconhecimento de que essas empresas são importantes para o desenvolvimento local, porém isso só ocorre quando elas são fortalecidas por meio de políticas públicas, industriais e tecnológicas. Por meio da formalização do Arranjo Produtivo Local, o acesso das empresas a essas políticas é facilitado por meio de sua governança.

A atuação do APL na produção do espaço urbano ocorre porque a partir de sua dinâmica locacional, ele reestrutura espaços e mobiliza os recursos materiais e imateriais da localidade; envolve várias instituições (públicas e privadas); atrai para o espaço local não somente as empresas participantes do processo de produção em si, como também as comercializadoras e as

prestadoras de serviços, ou seja, todas as empresas envolvidas na cadeia produtiva, assim como as instituições de ensino voltadas à formação e capacitação de pessoal. Dessa forma, o espaço é produzido com o aval do Estado, de maneira a atender as necessidades das empresas do APL, com a justificativa de que este possui grande poder de proporcionar o desenvolvimento econômico local.

No capítulo seguinte, enfocaremos o APL de Franca, município do Estado de São Paulo, para exemplificar a atuação de um APL na Produção e (re) Produção do Espaço Urbano.

O Exemplo Do APL De Calçados Masculinos De Franca

O município de Franca encontra-se na região nordeste do estado de São Paulo, distante 400 Km da capital. É a 14ª. região do estado com 23 municípios, localiza-se nas seguintes coordenadas geográficas: latitude 20° 32' 03" S e Longitude 47° 24' 19" W . A área total do município é de 607 Km² e sua área urbanizada perfaz 84 Km². A estimativa populacional para 2009 era de 330.938 habitantes (IBGE, acesso em 02/09/2010). (veja figura 1).

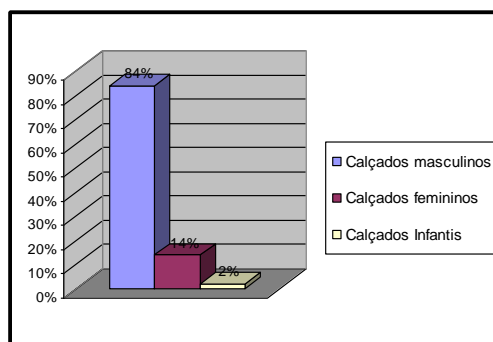
Figura 1- Localização do município de Franca- SP



Disponível em: http://www.igc.sp.gov.br/mapras_franca.htm

Franca é simultaneamente um centro sub-regional subordinado a Ribeirão Preto e um centro industrial especializado na produção de calçados masculinos, embora possua também fabricação de calçados infantis e femininos. É conhecida nacional e internacionalmente como a capital do calçado masculino, devido à importância desse tipo de calçado para a totalidade da produção (ver gráfico 1). Possui um dos maiores centros de ensino e pesquisa no setor coureiro-calçadista, com centros de *Design* e formação profissional, que são considerados como um dos maiores e mais modernos neste setor, com referência nacional e internacional. Conta com três *shoppings centers*, sendo um de calçados, com cerca de 76 lojas, onde se trabalha com mais de 300 marcas comercializadas no atacado e no varejo, sendo considerado o segundo maior shopping dessa categoria em toda a América Latina.

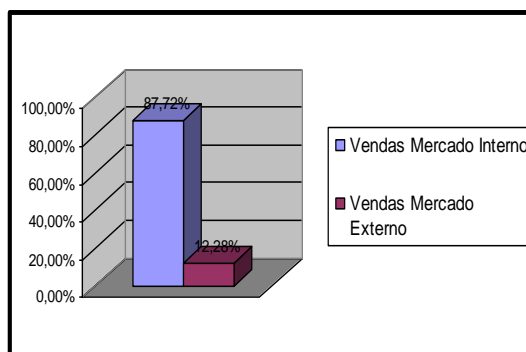
Gráfico 1- A produção de calçados no APL de Franca-SP



Fonte: Resenha Estatística abril/2010
Disponível em: <http://www.sindifranca.org.br>
Org: CARMO, Judite de Azevedo

O APL exporta seus calçados para várias partes do mundo, como EUA, Europa, Ásia e América Latina. Também exporta produtos fabricados à base de couro e borracha, com máquinas industriais e implementos. Apesar de ter conquistado o mercado externo, a proporção em relação ao mercado interno ainda é bem inferior (confira gráfico 2).

Gráfico 2- Vendas no Mercado Externo e Interno do APL de Franca-SP



Fonte: Resenha Estatística abril/2010
Disponível em: <http://www.sindifranca.org.br>
Org: CARMO, Judite de Azevedo

O APL marca sua presença em duas grandes feiras de calçados, com apoio da Prefeitura e do SEBRAE, com o Estande “Espaço Moda Franca”, que comporta 37 expositores. As feiras acontecem todos os anos, sendo realizadas em São Paulo, a **Couromoda** no mês de janeiro, e a **Franca** no mês de julho. Essas feiras são de grande importância para os fabricantes, uma vez que nelas eles expõem suas marcas, averiguam as tendências da moda couro e realizam vendas que garantem boa parte da produção dos meses subsequentes às feiras.

Entendemos o espaço como produto e condição para que as relações sociais se estabeleçam, de modo que em Franca mesmo podemos verificar o espaço como produto e condição da e para a instalação do parque industrial calçadista. No decorrer desse capítulo, por meio da bibliografia referente à indústria calçadista e ao município de Franca, procuramos corroborar nossa afirmação.

De acordo com Pereira (2005), devido ao esgotamento da mineração no Estado de Minas Gerais, os mineiros começam a partir das primeiras décadas do século XIX a se dirigirem para a região de Franca, com o intuito de exercerem a pecuária, em razão das condições de relevo, clima e vegetação local. Essas afirmações de Pereira (2005) ajudam-nos a demonstrar o espaço de Franca como condição para o início da atividade com o couro:

Privilegiada pelo desenvolvimento da pecuária que, conseqüentemente, gera grande quantidade de matéria-prima, nesse caso especificamente, o couro, e pela presença constante de tropeiros e viajantes que faziam do local suas pousadas, criou-se

assim, um ambiente propício para a produção de artigos derivados do couro. (PEREIRA, 2005, p.22).

A implantação do primeiro curtume³ foi possível também graças a essas características locais:

A necessidade de se ampliar a produção, aliada às condições favoráveis do município, como água em abundância através dos córregos locais, a facilidade na obtenção de couro e a presença do Barbatimão, incentivaram o Padre Alonso Ferreira de Carvalho a implantar o primeiro curtume do município, em 1886, o “Curtume Cubatão”. (PEREIRA, 2005, p. 24, grifos no original).

Percebemos então que em Franca diversos recursos materiais e imateriais davam condições para que as atividades relacionadas ao couro fossem implantadas. Pereira (2005), analisando a conjuntura do município do final do século XIX e início do século XX, diz que é possível perceber que a localização geográfica, a expansão da cafeicultura - fatores de atração de mão-de-obra –, a chegada da rede ferroviária, bem como a presença da matéria-prima em abundância (couro), foram os fatores precursores para a formação do parque industrial calçadista em Franca, “não dando menos importância à capacidade empreendedora de homens com padre Alonso, Elias Motta e Carlos Pacheco”. (PEREIRA, 2005, p. 25).

Em 1906, Padre Alonso cria outro curtume: o “Progresso”; Elias Motta compra um curtume “Cubatão”, sendo que em 1913 ele equipa esse curtume com máquinas importadas da Alemanha. Graças à expansão do mercado interno, Carlos Pacheco adquire de Padre Alonso o curtume “Progresso”. A indústria foi remodelada, com a importação de máquinas alemãs e a introdução de novas técnicas produtivas que aprimoraram seus produtos, dando um salto tecnológico, propiciando a passagem do artesanato para a indústria seriada. Com tal iniciativa, Franca conta com o segundo maior curtume do interior do Estado de São Paulo, sendo que o primeiro era o da capital. O salto tecnológico ocorrido na indústria curtumeira verificou-se na produção de calçados por volta de 1921 com a criação da “jaguar”, fábrica de calçados

³ Curtume é a denominação dada ao local onde se realiza o tratamento de peles e couros. No curtimento são utilizados basicamente três insumos: o tanino, extraído da casca de árvores, no caso o barbatimão; a rocha tapiocanga, que possui grande quantidade de óxido de ferro, utilizado na solução de curtimento, por último a água, usada na solução de curtimento e na lavagem do couro. Todos esses insumos eram facilmente encontrados em Franca.

totalmente mecanizada, com produção seriada, conseqüentemente com uma maior divisão do trabalho. (FERREIRA, 1989, p. 39, 40 e 50).

A fábrica de calçados “Jaguar” era um extenso e estreito casarão. Em geral, edificações que abrigavam as indústrias naquele período não se diferenciavam das que abrigavam o comércio. Dessa forma, encontravam-se um arranjo espacial interno adaptado às condições de produção e uma localização na malha urbana concentrada no centro. (FERREIRA, 1989, p. 42 e 67).

Aos poucos a vida industrial de Franca vai-se expandindo, propiciando um maior desenvolvimento da zona urbana, sendo que as indústrias, todas elas, situavam-se na região central, enquanto os curtumes localizavam-se afastados das áreas residenciais, fixando-se próximos aos córregos, devido à necessidade de água abundante para suas atividades e ao alto grau de poluição do ar. Os trabalhadores de baixa renda se fixavam nos loteamentos aprovados pela Prefeitura, porém com total ausência de infra-estrutura, como por exemplo, os bairros de Capelinha e Vila Aparecida.

Podemos verificar já nesse momento o espaço refletindo (como produto) as diferenças de classe, pois as áreas com problemas de infraestruturas são destinadas à população de baixa renda e as indústrias, por necessitarem de energia elétrica, água, vias de circulação e transportes, mantinham-se na região central da cidade.

De acordo com Ferreira (1989), a maior parte dos operários residia nos bairros Capelinha e Cidade Nova (região leste), situados longe dos locais onde se localizavam as atividades industriais; porém, com o passar do tempo, a indústria expandiu-se em direção às residências dos operários. Os empresários adquiriram lotes ali como forma de especulação imobiliária, mais tarde quando necessitaram de espaço para expansão das suas atividades é que eles utilizaram esses lotes. “O surgimento de fábrica nestas regiões, como Vila Aparecida, Jardim Petraglia, obrigam a Prefeitura, mais até que a pressão dos trabalhadores que moravam ali, a canalizar recursos e dar condições de funcionamento”. (FERREIRA, 1989, p. 136).

Grande parte das indústrias continuou na região central, mesmo com a iniciativa da Prefeitura em criar o Distrito Industrial⁴, como meio de disciplinar a localização da indústria calçadista:

(...) mesmo com a implantação do Distrito Industrial no município nos anos 80, não houve uma migração maciça dessa indústria para esse local, com exceção aos curtumes, pela necessidade de uma infraestrutura especial em decorrência do alto grau de poluentes liberados. A indústria calçadista permaneceu distribuída pela zona urbana. (PEREIRA, 2005, p. 103).

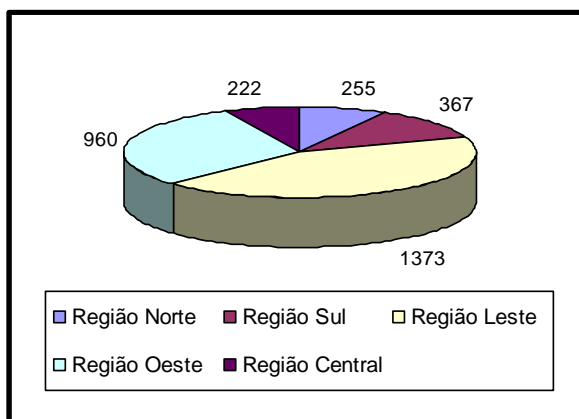
A criação do Distrito Industrial, como iniciativa da Prefeitura para ordenar o uso do solo urbano em Franca, não obteve muito êxito, como vimos na colocação acima, pois muitas empresas não migraram para essa nova área, isto porque o parque calçadista foi se constituindo e se solidificando sem a intervenção do poder público, que deveria ter destinado uma área para esta finalidade, desde o momento de sua constituição, no sentido de ordenar sua expansão, formando grandes núcleos calçadistas, espalhados por toda área urbana (ver gráfico 3).

Ao observar o gráfico, podemos visualizar a presença das indústrias do ramo de calçados, espalhadas por todas as regiões do espaço urbano; porém com maior concentração na região leste, seguida da região Oeste, cuja grande presença dessas indústrias se explica pela localização do Distrito Industrial nessa região.

Como já dissemos, houve uma migração para o Distrito Industrial, devido à infraestrutura; porém, essa migração não foi maciça, como percebemos com a visualização do gráfico, diferentemente dos curtumes, cuja migração foi intensa, sendo que, dos 16 curtumes existentes na cidade, 14 se localizam nessa região.

⁴ Esse termo “Distrito Industrial” no Brasil é usado para denominar área destinada a localização das indústrias, não tendo relação com os Distritos Industriais Marshalianos, onde há um alto grau de especialização e interdependência entre firmas de um mesmo segmento. Mais detalhes em: LASTRES, H.M.M.; CASSIOLATO, J.E. Glossário de Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais. 2003. Disponível em: www.ie.ufrj.br/redesist; CORÓ, G. Distritos e sistemas de pequena empresa na transição. In: URANI, A.; COCCO, G.; GALVÃO, A. P. (Org.) *Empresários e empregos nos novos territórios produtivos: o caso da Terceira Itália*. Rio de Janeiro DP&A, 1999. p.147-198. BECATTINI, G. O Distrito Marshaliano. In: BENKO, G; LIPIETZ, A. *As Regiões Ganadoras – Distritos e Redes: Os Novos Paradigmas da Geografia Econômica*. Oeiras: Celta Editora, 1994.

Gráfico 3- A Localização das Indústrias do Ramo de Calçados no Espaço Urbano de Franca-SP



Fonte: PEREIRA (2005)⁵
Org: CARMO, Judite de Azevedo

Diante do exposto é possível observar que a produção do espaço urbano de Franca se deu por meio de grande influência do capital calçadista. Dessa forma, tal espaço expressa uma estrutura de classe visível, uma vez que fora produzido em razão de sua principal atividade econômica: a produção de calçados. Sposito explica bem esse tipo de produção do espaço, qual seja:

Podemos afirmar que a cidade revela os interesses e as ações da sociedade e, ao mesmo tempo, oferece condições para que esses interesses e ações se realizem, contribuindo para determinar o próprio movimento oriundo desse conjunto de ações. (SPOSITO, 2008, p. 14).

A sociedade francana viu-se envolvida e dependente da atividade calçadista, uma vez que esta é a grande responsável pelo desenvolvimento econômico local, pelo *status* que o município tem hoje, como a capital do calçado masculino. Assim sendo, a sociedade, por meio de seus representantes políticos, promoveram condições para que o parque calçadista se expandisse pelas diversas áreas da cidade, bem como não criou empecilhos para a configuração espacial que a indústria ia inferindo ao espaço urbano,

⁵ PEREIRA, W. D. (2005). O autor coloca que segundo o Sindicato da Indústria Calçadista de Franca, em 2005 havia na cidade um número aproximado de 500 indústrias de calçados, porém ele acredita que se considerar a participação das micro e pequenas empresas o número será bem maior, por isso utilizou dados do cadastro industrial do município e cadastro de empresas do setor curtumeiro do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Artefatos de Couro de Franca, totalizando então um número de 3177 empresas. Os dados foram tabulados pelo autor e neste artigo nós os transformamos em gráfico.

mesmo quando se criou o Distrito Industrial, as indústrias não foram obrigadas a migrarem para essa área.

No geral, o Distrito Industrial promove uma dinâmica intraurbana; porém, em Franca, como vimos, isso não chegou a ocorrer com grande intensidade devido à resistência das indústrias em migrarem para o Distrito Industrial, ficando estas espalhadas pela malha urbana. De acordo com Ferreira (1989), a Lei de zoneamento estabeleceu apenas critérios para o futuro Distrito Industrial “e sua omissão com relação à estrutura urbana existente permitiu às indústrias permanecerem como estavam” (FERREIRA, 1989, p. 134).

O que se percebe na produção do espaço urbano em Franca, do mesmo modo em que ocorre em outros municípios, é que o poder público deixa de investir em algumas áreas, quando estas são destinadas aos moradores de menor poder aquisitivo; porém, o investimento acontece quando há o interesse do capital nestas mesmas áreas, promovendo a acumulação de capital e desenvolvimento de setores específicos, no caso aqui exemplificado, as indústrias de calçados.

Considerações Finais

O processo de produção do espaço urbano, analisado do ponto de vista do pensamento crítico, evidencia os conflitos e as contradições envolvidos em tal processo. O artigo aqui exposto esclarece que esse processo se realiza com os agentes procurando-se impor um sobre o outro, sendo que na sociedade capitalista, o que se verifica de modo geral é o Poder Público interagindo e transformando espaços de forma a propiciar a acumulação de capital e desenvolvimento de setores específicos, especificamente o econômico. No caso da relação entre Arranjos Produtivos Locais e a produção do espaço urbano, exemplificada pelo APL de Franca, percebe-se esse favorecimento do setor econômico em detrimento do setor social, pois a produção do espaço urbano deu-se em torno da principal atividade econômica do município, a produção de calçados.

Referência Bibliográfica

CARLOS, A. F. A. Repensando a Geografia Urbana: Uma Nova Perspectiva se Abre. In: CARLOS, A. F. A. (org.). **Os Caminhos da Reflexão: A cidade e O Urbano**. São Paulo: Edusp, 1994.

CARMO, J. A. **Dinâmicas Sócio-Espaciais na Cidade de Rio Claro (SP): As Estratégias Econômicas, Políticas e Sociais na Produção do Espaço**. 2006. 202 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2006.

CASSIOLATO, J. E. ; SZAPIRO, M. **Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais no Brasil**. Proposição de Políticas para a Promoção de Sistemas Produtivos Locais de Micro, Pequenas e Médias empresas. Rio de Janeiro: IE/UFRJ. Set. 2002.

CASSIOLATO, J.E.; LASTRES, H.M.M. **Arranjos e Sistemas Produtivos Locais e Proposições de Políticas de Desenvolvimento Industrial e Tecnológico**. Rio de Janeiro, REDESIST (www.ie.ufrj.br/redesist), Bloco 3, Nota Técnica 27, Dezembro de 2000. Acesso em 02/07/2008.

CORRÊA, R.L. **A Rede Urbana**. São Paulo: Ática, 1989.

FERREIRA, M. **O Espaço Edificado e a Indústria de Calçados em Franca**. 1989.147 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Escola de Engenharia de São Carlos/USP. São Carlos. 1989

LEFÈBVRE, H. **A Vida Cotidiana no Mundo Moderno**. Tradução de Alcides João de Barro. São Paulo: Ática, 1991.

MARTINS, Sergio. Crítica à economia política do espaço. In: DAMIANI, A. L. ; CARLOS, A.F.A. (orgs.). **O espaço no fim do século: a nova raridade**. Contexto. São Paulo, 2001. p. 13 -41. ok

PEREIRA, W. D. **A evolução do parque industrial Calçadista Francano**. 2005.116f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social/UNESP. Franca. 2005.

SANTOS, Milton. **Por uma Economia Política da Cidade: O caso de São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1994.

Sposito, E. S. **Redes e Cidades**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

Sites (acessos em vários momentos)

http://www.igc.sp.gov.br/mapras_franca.htm

<http://www.sindifranca.org.br>

<http://www.ibge.gov.br>